



A Filosofia perene como conhecimento propedêutico à compreensão e aplicação da ciência Ontopsicológica

Ricardo Schaefer ¹

Resumo: O escopo desta tesina do primeiro módulo do Bacharelado em Ontopsicologia é apresentar a Filosofia Perene como um conhecimento propedêutico à compreensão e consequente aplicação da ciência ontopsicológica. A pesquisa centrou-se nas obras-chave do Prof. Antonio Meneghetti sobre o tema e nos apontamentos de aula e obras correlatas do Prof. Alécio Vidor. Esta primeira produção acadêmica naturalmente não esgota o assunto, será evoluída com os conhecimentos que serão adquiridos nos módulos seguintes e foi motivada pela evidência de que as aulas de Filosofia do Bacharelado em Ontopsicologia, do modo como foram conduzidas com a primeira turma, serão fundamentais para o alcance do escopo deste curso de vanguarda: formar o técnico capaz de individuar o nexos ontológico entre sujeito e objeto em qualquer situação ou contexto.

Palavras-chave: Filosofia Perene; Racionalidade; Ontopsicologia.

The perennial Philosophy as introductory knowledge to the understanding and application of science Ontopsychological

Abstract: The scope of this teresina the first module of the Bachelor of Ontopsychology is to present the Perennial Philosophy as an introductory knowledge to understanding and consistent application of ontopsychological science. The research focused on the key works of Prof. Antonio Meneghetti on the topic and lecture notes and related works of Prof. Alécio Vidor. This first academic production naturally does not exhaust the subject, it will be evolved with the knowledge to be acquired in the following modules and was motivated by evidence that the Philosophy classes of Bachelor of Ontopsychology, how they have been conducted with the first class, will be key to the scope of the scope of this course to the forefront: technical form able to individuate the ontological link between subject and object in any situation or context.

Keywords: Perennial philosophy; Rationality; Ontopsychology.

¹ ricardoschaefer@libero.it

1. Introdução

A Filosofia Perene, também chamada de Filosofia Elementar ou Filosofia Pura, trata dos princípios elementares que dão fundamento a todo conhecimento humano. Busca conhecer as primeiras causas evidentes do saber e tem como objeto específico a causalidade apriorística dos fenômenos.

Tratando dos princípios elementares, do instrumento básico para raciocinar, “é o modelo base da racionalidade, o modelo elementar do proceder científico, o modelo preliminar para fazer crítica, metafísica, dialética etc.” (MENEGHETTI, 2014a, p. 22).

Através da Filosofia Perene, explicitam-se as primeiras evidências da mente humana. Ela corresponde ao modelo preliminar de racionalidade, “propõe os princípios do proceder científico, a base para raciocinar, fundamentar a ética, fazer dialética ou construir um conhecimento de valor humano” (VIDOR, 2008, p. 183).

Procede por indução e intuição. Por meio da indução, faz com que a mente encontre um ponto unitário aplicável a uma multiplicidade de fenômenos existentes (= síntese). Por meio da intuição, colhe os primeiros princípios evidentes da mente e, com base neles, faz a análise dedutiva e a argumentação da lógica geral racional (= análise).

A Filosofia Perene divide-se em:

- Filosofia Especulativa
 - Filosofia Racional
 - Filosofia Volitiva
- que serão apresentadas nas próximas sessões.

2. Filosofia especulativa

A primeira tarefa da Filosofia é ser especulativa: ser o “espelho” da vida, dos modos do ser, dos modos da ação da natureza. O termo tem origem em *speculum*, que significa “espelho ou imagem fiel”. A Filosofia Especulativa reflete a causalidade do real (vida) que dá origem aos fenômenos, espelha ou reflete o ser inteligível e seus modos (VIDOR, 2015).

Também definida como Metafísica ou Ontologia Pura, é a racionalidade elementar que se refere ao ser, os modelos mentais em relação ser. Em outras palavras, é a lógica do ser, o conhecimento do ser, o modo do ser. “Estuda-se a ontologia em todos os seus atributos, adjetivos, modos essenciais ou elementares, buscando ver como o ser se adapta, como se relativiza em toda a dimensão onde ele é” (MENEGHETTI, 2014a, p. 24).

Ser é o dado primordial da racionalidade e da experiência humana. É aquilo que substancia qualquer coisa. E a Ontologia ou Metafísica “são os modos por como o ser essencialmente os modos do nosso existir” (MENEGHETTI, 2014b, p. 23).

De modo ainda mais didático, Antonio Meneghetti explica que:

No próprio modo de existir, entender, ver, tocar, saber, duvidar, viver ou morrer, na experiência cotidiana – estúpida ou inteligente – existe um elemento primordial, um simples estrutural, sem o qual nada se pode fazer. Trata-se de uma realidade simples, cotidiana, contínua, total: *é ou não é*. (...) Essa sumidade metafísica, portanto, é cotidiana, é algo com o qual o sujeito joga continuamente, e é o fundamento que faz o jogo e o jogador. (MENEGHETTI, 2014a, p. 23)

Ser é o princípio de tudo o que existe e é real, a causalidade universal, é a substância do real. Formalmente está em todas as coisas e também em suas diferenças (elementos acidentais), sem se definir em nenhuma. Na Ontologia, o intelecto reflete o ser enquanto ser, os seus modos de acontecimento, os seus modos de atribuição e os princípios evidentes que dão base a todas as ciências, como veremos a seguir.

Antonio Meneghetti define três **modos do ser**: “ser metafísico ou transcendente, ser comum ou universal e ser individual” (MENEGHETTI, 2012, p. 244). De modo equivalente, na Metafísica, esses modos são examinados e entendidos como:

- ser subsistente ou absoluto (Teodiceia);
- ser comum ou universal (Cosmologia);
- ser da individuação ou ente analógico e humano (Antropologia).

A *Teodiceia* examina o caminho de acesso ao primeiro Ente Absoluto, Ser Subsistente ou Eu Metafísico Transcendente: o que a mente humana pode dizer do princípio único, até que ponto podemos, com a racionalidade, ter acesso à dimensão divina. Com base na lógica indutiva e na intuição, pode-se pressupor a presença do ser subsistente, mas sem que tenha condições de compreendê-lo como é em si, pois a compreensão humana é apenas projeção de uma medida humana relativa².

A *Cosmologia* estuda o ser comum ou universal (psique). A psique é a operatividade da intencionalidade do ser absoluto. Na base do ser comum, há uma unidade de ação universal (realidade psíquica). Da intencionalidade do ser absoluto (intenção) dá-se a atividade psíquica (ação) que constrói os lugares, ordena o cosmo, o universo, estrutura a matéria sem ser matéria. O ser comum dá a unidade da diversidade mundana: é comum, está presente em todas as coisas.

O ser, quando intenciona existir como fenomenologia humana (estudo da *Antropologia*), dá uma identidade pessoal (alma individual). Do ser absoluto, passa-se ao ser

² Como demonstram, por exemplo, os percursos racionais realizados por São Tomás de Aquino ou Santo Anselmo.

participado, ao ser da individuação. O ser da individuação ou ente analógico e humano radica-se no Em Si ôntico³ ou núcleo da identidade da individuação.

São também objetos da Ontologia os **modos de acontecimento** do ser:

- o ente;
- o uno;
- a verdade;
- o bem;
- o belo.

Primordial total é sempre o *ente*. “O ente é aquilo que é e por si mesmo está, e tal noção é transcendente porque formalmente inclusa em todas as coisas e nas suas diferenças” (MENEGHETTI, 2014a, p. 26). O ente, tão logo é, assim que aparece no primeiro momento (lógico ou de natureza), é *essência*. Ente significa “aquilo que é” e essência “aquilo pelo qual é”. A essência, portanto, estabelece o modo, a forma, a tipologia de ser.

O ser é também *uno*: unifica tudo, é o princípio originante de tudo e é um só. É idêntico onde quer que seja. É o princípio unitário de todas as coisas, das suas diferenças e das suas consequências. É uno pois está em continuidade com as diversas formas de ser e com o universo (constitui a unidade universal).

O ser é *verdadeiro*: há conformidade entre o que aparece, aquilo que se reflete (saber) e aquilo que deu origem a tudo (ser). É o princípio da lógica de conformidade a si mesmo. Coincidência entre ser e saber (nexo ontológico).

O ser é *bom*: só indica, só intenciona o conveniente e o aperfeiçoante à própria identidade. É o princípio da decisão adequada a si mesmo, o princípio da moral.

O ser é *belo*: possibilidade de fruição agradável do conhecimento. O sujeito entende, colhe uma dimensão, torna-se significado daquela relação e isso lhe agrada. O belo é o prazer do conhecimento.

Esses modos do ser são os princípios da Metafísica e de tudo o que é constituído posteriormente (VIDOR, 2015).

O ser também pode ser atribuído de três modos (**modos de atribuição** do ser):

- *unívoco*: modo racional e realidade são iguais; faz-se a aplicação, exprime-se um juízo racional, uma regra e, por nome, por modo e por substância, é igual. Em outras palavras, um termo comum é atribuído a muitos segundo um significado sempre igual. As deduções lógicas de um silogismo ou a síntese de uma indução científica são unívocas ao fato conhecido ou objeto de estudo quando temos um conhecimento verdadeiro. Entre o racional (aquilo que sei) e o real (aquilo que sou), há uniformidade, unicidade.

³ O Em Si ôntico é o princípio. A psique ou alma é a ação do princípio (*anima*).

- *análogo*: o nome é igual, porém a razão, a lógica ou critério que se usa em parte é igual e em parte é diferente. Há uma lógica na comparação, um ponto em que as várias coisas coincidem, mas apenas segundo uma certa atribuição ou proporção. A analogia pode ser, portanto, de:
 - o *atribuição*, quando há uma semelhança comum, mas o sentido atribuído a cada um é simplesmente diferente (ex.: o ser subsistente e o ser da individuação);
 - o *proporcionalidade própria*, quando o significado dado aos análogos existe formalmente em cada um deles, porém se trata de uma semelhança dissemelhante (ex.: sonhos);
 - o *proporcionalidade imprópria*, quando há a transposição de uma qualidade que existe apenas em um a um outro por vaga semelhança (ex.: alegorias e metáforas).
- *equivoco*: por nome é comum, é igual, mas por racionalidade ou entendimento é diverso (ex.: memes).

Também como objeto da Ontologia ou Metafísica estão os **princípios evidentes da mente**, descritos de modo sucinto a seguir (VIDOR, 2015).

Princípio da identidade: saber o ser onde eu existo constitui o fundamento de todo o conhecimento humano. O saber deve ser o reflexo do ser que sou. É o princípio epistêmico da ciência, o princípio fundamental do pensamento lógico⁴. Na identidade de ser, eu colho o outro que é, e percebo que ambos somos essentes no único ser universal.

Princípio da não contradição: do ser emana o segundo princípio – “o ser é, o não ser não é”. O ser é o princípio de tudo e nada posso saber fora do ser. É inútil falar do que não é: qualquer coisa que se faça deve ter os seus correlatos no ser. Se a subsequente dedução que nasce do ser não foi coincidente com o ser, aquilo é negação, perturbação, gradual anulação do ser⁵.

Princípio do nexa ontológico: o saber deve estar em nexa com o ser. Se o momento reflexivo-psicológico é igual ao real que sou, à ação ôntica, o saber é conforme à lógica do ser. Devo raciocinar com base naquilo que me é original, para que a lógica do meu raciocínio, do meu modo de pensar, esteja em nexa com o meu modo de ser (racionalidade ontológica).

Princípio de que o todo é maior do que a parte: eu sou, como o objeto, parte do ser; percebo-me no ser, mas não sou todo o ser.

⁴ O saber deve coincidir com a identidade do próprio ser. Para isso, não posso me apoiar de uma consciência inexata, mas devo partir do fato existencial da minha vida. Como eu existo? Como corpo, no interior do qual há uma inteligência que escreve.

⁵ Essa é a lógica da vida: ou você age por como é ou perde gradualmente a identidade até anular a própria realidade (o não ser não é).

Princípio da exclusão do terceiro: no princípio em que um (absoluto) exclui qualquer possibilidade de outro, não há um terceiro que se faça de intermediário.

Princípio do silogismo: segue a regra da inteligência quando aplica a razão na ordem das coisas e do conhecimento.

3. Filosofia racional

A Filosofia Racional estuda a razão reflexiva. “A razão é o intelecto quando aplicado na formalização e organização do conhecimento” (VIDOR, 2015, p. 6).

O Prof. Meneghetti apresenta os momentos sucessivos da aplicação do intelecto na forma de racionalidade, ao se fazer ciência (2014a, p. 64):

1. a *inteligência*: o intelecto em si (ou Em Si ôntico);
2. a *consciência*: que é a reflexão, ou seja, como o real presencia-se ao sujeito;
3. a *razão*, ou racionalidade: é a técnica de administrar aqueles primeiros princípios e fazer a conexão, o nexos entre verdade interna e realidade externa; é o exercício que administra as correlações entre os primeiros princípios e as percepções externas.

O intelecto, portanto, intui o inteligível. E a razão constrói a decorrência dessa intuição. Razão é o intelecto quando a inteligência formaliza e organiza o saber. Faz análise e síntese para elaborar ciência. A verdade dessa análise e dessa síntese sempre exige conformidade à identidade do meu ser. E a mediação é feita pela consciência, que deve ser exata para estabelecer lógica formal com nexos ontológico (racionalidade ontológica)⁶.

Nesse processo de formalização do conhecimento tem papel fundamental a *lógica*, conforme expõe Meneghetti:

A lógica é o problema mais premente de toda a filosofia e implica plenamente o problema crítico do conhecimento. A pergunta que se põe é: o conhecimento do homem é válido? É ou tem um critério de certeza ou aderência ôntica? É real? Os seres humanos até que ponto são capazes de conhecer? Consequentemente, qual segurança, qual ciência é possível? (MENEGHETTI, 2014a, p. 57).

Para responder esses questionamentos, o próprio autor retoma a dimensão ontológica aplicando-a no processo do conhecimento: “O comportamento *neutro* de um elemento conhecimento, que parte do senso comum do ser, entra tranquilamente nesse problema, afirmando que o homem pode conhecer (não tudo, mas muitas coisas que conhece são verdadeiras) e existem alguns critérios para conhecer bem” (MENEGHETTI, 2014a, p. 57).

⁶ Parmênides, considerado o pai da ontologia, já “afirmava que entre a realidade, a razão humana e a linguagem que o homem opera para falar das coisas existe uma substancial identidade. A ordem do mundo vem assim a coincidir com a ordem do pensamento. *Conhecer e ser* são a mesma coisa, porque *o conhecimento é verdadeiro somente se é conhecimento daquilo que é: episthvmh* (epistème).” (CAROTENUTO, 2007, p. 11)

Esses critérios são definidos pela lógica. A lógica ensina o modo de saber. Do grego *logos*, significa como a mente projeta. A lógica interessa-se, portanto, pelo *fundamento* de conhecer ou não conhecer. E esse modo de saber implica dois aspectos:

1. Proceder correto com os primeiros princípios da mente e saber, depois, argumentar com coerência legítima esses primeiros princípios;
2. As conclusões ou os juízos devem ser conformes aos objetos (= reversibilidade).

Desse modo, para se ter reversibilidade entre sujeito e objeto, o percurso lógico deve proceder com os princípios evidentes da mente, ou seja, a lógica deve coincidir com a identidade do meu ser. De modo ainda mais essencial, “a lógica é exata somente se é *ontológica*” (MENEGETTI, 2014a, p. 60).

Para se chegar a essa compreensão, devemos explicitar e fazer uso da Filosofia Racional em suas quatro aplicações (VIDOR, 2015):

- Lógica Maior ou Material
- Epistemologia;
- Crítica;
- Lógica Formal ou Menor.

A **Lógica Maior ou Material** examina a matéria ou o conteúdo do conhecimento, estuda as exigências e condições materiais que sustentam o conhecimento verdadeiro. Verifica o objeto de estudo, a definição, a divisão da matéria a ser estudada e a argumentação corretas para gerar um conhecimento verdadeiro.

A verdade sempre apela pela conformidade com o princípio de origem ou do saber: o ser. Para o conhecimento ser verdadeiro, o saber deve refletir a variação do ser. Quando o ser do objeto se reflete na variação do ser do sujeito dá-se a unidade de informação presente em mim e no outro⁷.

A **Epistemologia** examina como se procede para formalizar o conhecimento verdadeiro. Verifica as passagens que levam à aquisição do conhecimento do homem, quais são as passagens para se chegar ao conhecimento verdadeiro e científico.

Nesse percurso, o ponto de partida primeiro é a *evidência*. A evidência é a percepção completa da informação vital. Evidência é aquilo que se faz ver, aquilo que se mostra à mente

⁷ Toda a nossa ciência é baseada na periferia da percepção do nosso ser (visão e audição) e não faz uso das informações relatadas pelos órgãos internos, pelo sonho etc. Para dar veracidade ao objeto de estudo é necessária a percepção da informação dinâmica colhida pelo nosso corpo (campo semântico). É preciso ampliar o raio de percepção do organismo para colher a informação integral (VIDOR, 2015).

de tal modo que não é necessária a argumentação, o pensamento. É tudo aquilo que se mostra a um ou mais sentidos.⁸

O *intelecto* reflete a variação do ser, o seu objeto é o ser e seus modos, colhe por presença interna e conhece por intuição. O intelecto é o leitor do ser. Quando o ser se move, se abre, se vê e se espelha. O vidente e o visto coincidem⁹. O ser se faz presente no intelecto e este, ao refletir, faz-se ser.

Nesse processo, a *consciência* deveria ser um espelho fiel da inteligência (=espelho adjunto). Mas a consciência, “enquanto se adapta à impressão dos sentidos, ou apoia-se em um conjunto de versões fixas e de memórias passadas, torna-se resultado de influências externas e fica esquematizada pela educação e cultura. As projeções conscientes perdem o contato com o real vivido e as projeções se reduzem a opiniões ou interpretações distorcidas” (VIDOR, 2015, p. 8-9). O pensar consciente, portanto, para projetar conhecimento útil e funcional para se viver e de valor científico, necessita do nexu ontológico.

Para se recuperar a integridade de consciência, é necessário utilizar a informação organísmica¹⁰, verificando se aquilo que se reflete na consciência “é integralmente e exatamente ‘como’ existe para o homem. A via para reativar a consciência exata é o biológico, a ordem dos instintos e a sua satisfação, enquanto o corpo é o primeiro meio para subsistir distintos, completos, na matéria do tempo e espaço” (CAROTENUTO, 2007, p. 290).

Como vimos anteriormente, a *razão* é a técnica para administrar os primeiros princípios evidentes e fazer a conexão entre a realidade externa e a verdade interna. O intelecto dá a informação fundamental, e a razão deve construir os vários componentes. A razão deveria depender do intelecto, deveria ser a aplicação do que o intelecto ilumina. Porém, entre o intelecto e a razão há a mediação da consciência. Desse modo, o homem pode ser exato no intelecto e ter a atividade racional exata, porém a consciência também deve ser exata para se produzir conhecimento verdadeiro. “O modo de pensar necessita adequar-se ao modo de ser e

⁸ Evidência dos sentidos externos (que dão uma passagem temática) unificados em um sentido interno (variação interna viscerotônica) e evidência das variações psíquicas. Informação integral da percepção organísmica: tudo o que ocorre de variação em mim (orgânica e psíquica).

⁹ O intelecto conhece por presença interna. Conhece por como se dá em mim. Eu abstraio o objeto e colho o essencial: presença interna daquilo que é interior dele (VIDOR, 2015).

¹⁰ O *Em Si* ôntico faz variar. O intelecto lê e escreve no corpo. O intelecto lê o íntimo da informação que provém da vida humana, reflete a ação, e usa o corpo como livro para dar a informação. A alma escreve em sua ação uma variação no corpo (emoção, sentimento, sonho, linguagens não verbais, variações dos órgãos internos etc.) que pode ser percebida (*esse est percepti*).

para essa tarefa é indispensável autenticar a consciência, mediante a compreensão de todas as linguagens da vida¹¹”. (VIDOR, 2014a, p.15)

Seguindo com as aplicações da Filosofia Racional temos a **Crítica**. Do grego *krinoV*, a crítica examina o modo de julgar da mente. Verifica se a mente julga conforme o real, conforme o ser. “A crítica formaliza o juízo de avaliação, procura rever nossos processos de conhecimento e de comportamento com vistas a esclarecer a verdade. A crítica usa os instrumentos lógicos para verificar o valor do conhecimento e do comportamento” (VIDOR, 2014, p. 19).

O juízo deve apoiar-se nos primeiros princípios evidentes e os resultados devem ser conformes aos objetos. Quando a crítica diverge e destoa dessas bases, não serve para aperfeiçoar ou fazer conhecimento científico. O juízo é verdadeiro se o reflexo psíquico é conforme à base ôntica da identidade humana. A base de origem da ciência é a natureza do homem quando faz projeção e julga. O ser é o princípio subjacente e originante que faz a unidade sujeito-objeto. O homem, refletindo e julgando com base na informação do próprio ser entra em comunhão com o ser objetivo e faz ciência e crítica exatas. Crítica deve nascer da identidade humana para levar a uma evolução criativa e aperfeiçoante, e não ao conflito de opiniões (VIDOR, 2015).

A **Lógica Formal ou Menor** examina as regras a seguir para que a razão possa organizar e construir de modo correto o conhecimento. Estabelece as regras racionais para se combinar e organizar o conhecimento. A lógica formal verifica se os conceitos, a forma dos juízos e raciocínios são corretos e coerentes. Pode acontecer que em virtude de matéria ou conteúdo equivocado (= lógica material), o conhecimento não seja verdadeiro, embora na forma o raciocínio ou o silogismo seja correto e coerente. A razão pode deduzir e concluir, segundo as regras, de modo correto, mas se a matéria do juízo for falsa, torna a lógica dedutiva ou indutiva inválida.

A lógica menor explicita como a razão projeta com base nos primeiros princípios evidentes da mente. Define os aspectos formais da atividade da razão, verifica se o modo de conceber ou perceber, de julgar e raciocinar são válidos ou corretos. Nesse processo, examina como se dá a apreensão, como se forma o conceito, como se projeta o conceito na palavra,

¹¹ Para isso, deve fazer uso do que o intelecto também registra como variação no corpo, do que o corpo registra como informação da vida. Como existente, eu vejo, ouço, sinto, me emociono, reajo... Tudo o que passa pela variação do corpo é ação do princípio que nos dá constituição própria. Deve-se partir, portanto, do fato existencial (o corpo e todas as suas variações).

como se organiza o raciocínio para produzir conhecimento verdadeiro (VIDOR, 2015). Essas etapas são brevemente descritas a seguir.

A lógica formal inicialmente examina como o ser humano apreende, como assimila, como toma posse de um conteúdo com o qual entra em contato (*apreensão*). A apreensão é o ato pelo qual se atinge ou percebe alguma coisa, e com base nela se formaliza a coisa conhecida. Nesse processo, deve-se utilizar a percepção integral: percepção sensorial externa e percepção organísmica (variações orgânicas e emotivas internas).

Da apreensão se dá a formação do *conceito*. Conceito é aquilo que o espírito produz em si mesmo mediante a percepção, o que o espírito produz em si mesmo da coisa apreendida. O conteúdo conhecido é o conceito. “O conceito é a forma inteligível que exprime a essência presente na mente que é do objeto. Na essência coincidem sujeito-objeto que fazem comunhão em ser. O conceito denomina-se também verbo mental, noção ou ideia” (VIDOR, 2015, p. 15). O conceito só é exato se a fonte (subjetiva) que o define não sofre perturbações que deformam a ordem da vida. Portanto, a subjetividade deve ter conexão com a lógica do ser, a lógica deve ser ontológica.

O conceito pode desdobrar-se em *compreensão* (conjunto das notas explicativas) e *extensão* (objetos e sujeitos a quem se aplica). A compreensão é o conjunto das notas que constituem uma essência, um identidade. A extensão é o conjunto dos indivíduos aos quais se aplica o conceito. Quanto mais ampla é a extensão, mais reduzida é a compreensão, e vice versa. O conceito ainda pode ser individual, particular, universal ou indefinido. Pode também ser classificado como concreto ou abstrato.

Do conceito surgem os *termos*, as palavras. O termo ou a palavra é a expressão do conceito e pode se expresso em código oral, gestual ou escrito. As palavras ou termos são os sinais das ideias ou conceitos, daquilo que a mente produziu em si mesma. As palavras só significam ideias se primeiro evocam imagens. A linguagem induz a formar dentro de si ideias ou conceitos, a partir de imagens. Quando os conceitos se formam em base ao que foi memorizado pela cultura, podem ficar destituídos de significado original. Em tais casos, os conceitos perdem o contato com a ação vital comunicada, do presente. Os conceitos dissociados da dinâmica vital comunicada fixam estereótipos sem vida. O termo, portanto, toda vez que substitui uma coisa, deve coincidir com o ser ou essência da coisa, caso isto não aconteça, não expressa o real.

Os termos, quando usados para o conhecimento científico ou filosófico, necessitam de uma *definição*. A definição é um conceito ou locução que expõe o que significa um nome ou o que uma coisa é. A definição dá o significado que especifica o conceito, é o significado

especificador do conceito. O significado do conceito necessita estar baseado no significante que é a verdade da vida e não na memória do passado. Portanto, a verdade e a falsidade estão no modo de conceber da consciência e não no modo de ser da vida humana e das coisas.

O *juízo*, por fim, faz a combinação entre dois conceitos, unindo-os ou separando-os. O juízo faz a conexão, é o instrumento de combinação dos conceitos ou palavras entre si.

4. Filosofia volitiva

A Filosofia Volitiva trata da ética ou moral. A ética examina a diretiva conveniente e aperfeiçoante do comportamento. “A partir do momento em que os seres humanos são de um certo modo, é consequencial um comportamento, uma atitude, e existe ainda um que é primordial aos outros” (MENEGETTI, 2014a, p. 87).

O que define o comportamento, a prioridade estabelecida e o critério adotado são investigados pela ética. “Sobre o conceito de ‘bem’ e ‘mal’, não se pode partir do homem em si, do supósito, da pessoa, porque aquela é boa: é. (...) A diferença começa com o *ato voluntário*: toda a ética – nos seus infinitos aspectos – gira entorno desse objeto” (MENEGETTI, 2014a, p. 87).

O ato de vontade é sempre um aspecto do intelecto. “Se o intelecto representa, é conhecimento; se age, é vontade” (MENEGETTI, 2014a, p. 87). O primeiro momento é o conhecimento lógico; o segundo é o intelecto agente, a vontade. Nesse segundo momento aciona-se o ato moral. A vontade, portanto, dá a decisão ética, a decisão moral. É da vontade que nasce a decisão de agir.

Também a ética deve obedecer a racionalidade ontológica. Baseia-se na vontade, mas necessita da luz da racionalidade ontológica. Intelecto e vontade são as faculdades da alma. Intelecto é o ato do ser, a vontade é a intencionalidade do intelecto. O intelecto intenciona o que se deve fazer na situação e a vontade dá o exercício prático. O intelecto é intuitivo, dá a diretiva, projeta a informação primária do saber (intuição). A moral ou a ética definem o comportamento. O comportamento, portanto, é fenômeno da intenção do intelecto e da decisão da vontade:

“Duas são as faculdades do Em Si ôntico: o intelecto, que lê o íntimo do ser, e a vontade, que intenciona realizá-lo. A inteligência faz-se presente como luz da alma e a vontade se manifesta como guia da existência. O intelecto tem a função de esclarecer a verdade conforme a própria identidade e a vontade tem a função de aperfeiçoar o próprio ser. O intelecto ilumina o ser e a vontade é opção do dever. O saber e o dever visam realizar e plenificar o projeto do ser humano.” (VIDOR, 2014, p. 106).

Nessa relação entre as dimensões da existência, o Prof. Meneghetti explicita a base a partir da qual desdobram-se as demais: “Antes de entender o que é certo e o que não é, se algo é legal ou não, antes de compreender quem comanda, quem faz o bem e quem faz o mal, o que é o bem e o que é o mal – realizando uma análise, em todos os aspectos, da eutanásia à reza – é preciso considerar que existe um critério fundamental, que constitui o ser verdadeiro.” (MENEGETTI, 2014a, p. 87). O saber e o dever, ou fazer, devem portanto refletir o ser.

Do contrário, a decisão e a ação decorrentes do ato voluntário trazem prejuízo à individuação. “Quando o modo de agir é distônico e dissociado da luz projetada pelo intelecto que lê a variação da identidade do ser humano, a ação ou comportamento ético procede em regressão e constrói a progressiva consumação da existência. O agir ético tem que estar em função do aperfeiçoamento do ser em evolução e da manutenção sadia do mesmo”. (VIDOR, 2008, p. 7).

Retomando o conceito de essência visto anteriormente, podemos explicitar mais essa relação entre ser, saber e agir. O ser absoluto especifica, estabelece os modos de ser, as formas de ser, as tipologias de ser através da essência. Do ser parte a intenção, da essência surge a execução, desabrocha a construção. Essa essência, essa forma que é minha, me dá a identidade de quem sou, me dá a forma como eu sou, me dá a estrutura de existir. A identidade, portanto, é o primeiro princípio evidente (ontologia) para poder fazer conhecimento (lógica) e para poder agir (ética).

Toda moral, portanto, deve estar assentada no modo como a vida é. Assim constrói-se um comportamento condizente ao próprio modo de ser. A qualidade positiva da ética deve pressupor o conhecimento de como sou constituído biológica e psiquicamente. Deste modo, constrói-se o valor pessoal contribuindo para a construção de um valor social humano.

Partindo dos primeiros princípios ou conceitos ontológicos, podemos organizar o conhecimento, a ciência, a lógica, a logística das atividades concretas etc. Por exemplo, quando queremos organizar uma unidade nacional, primeiramente precisamos de um princípio constituinte que estabeleça uma constituição. O princípio constituinte da nossa identidade denomina-se Em Si ôntico. Depois nós somos constituídos em um corpo. Há, portanto, o constituinte e o constituído, o princípio espiritual e uma fenomenologia material. Seguindo a mesma lógica, uma constituição nacional deve reger o modo de organizar de toda uma sociedade a fim de que espelhe a ordem intrínseca do ser humano (VIDOR, 2015).

Além do critério e ponto de partida do ato voluntário, a ética também examina a sua finalidade. “De fato, todo ato voluntário tem um *fim. Por que* – por exemplo – um sujeito

realiza uma ação? *Por que* a quer? O “porquê” é o fim, o escopo” (MENEGETTI, 2014a, p. 90). Nessa investigação da finalidade, encontra-se um fim último que dá sentido a todos os consecutivos:

A filosofia elementar afirma logo que existe um *fim último*, depois do qual, existem tantos outros fins. É o fim fundamental, pelo qual a vontade é necessária, merece ou perde. Esse se faz de categoria a todos os outros modos do fim. “Fim último” é aquele fim que não é nem subordinado e nem subordinável a nenhum outro fim, e que é intrínseco sempre a todos os fins pequenos, particulares etc. (MENEGETTI, 2014a, p. 90).

Buscando essa direção, o Prof. Meneghetti encontra o fim último na felicidade da individuação humana: “Após tantas análises, parece que – assim como o primeiro bem do intelecto é a ciência, o conhecimento – o fim último da vontade seja a *felicidade*, a beatitude, o pleno, a ampliação possível de si mesmos como bem total.” (MENEGETTI, 2014a, p. 90-91).

A felicidade, portanto, estabelece uma direção ou critério para o ato voluntário:

Se for destinada à felicidade, portanto, a vontade começa a ter um estilo, uma regra, um critério: deve escolher o melhor, momento a momento, ou seja, deve-se direcionar onde está o seu bem, a sua realização. (...) Do mesmo modo em que o intelecto tende ao *verdadeiro*, assim a vontade tende ao *bom*. “Verdadeiro” e “bom” evocam o ser. Portanto, na sua última ou possível realização, é somente o ser. (MENEGETTI, 2014a, p. 91).

Também aqui na ética surge o problema da *consciência*. A vontade – a decisão de agir ou não agir, fazer ou não fazer etc., – apóia-se sempre em uma forma de consciência. Deveria apoiar-se no intelecto, porém, como vimos anteriormente, os homens compreendem por consciência, a qual – no fato humano – não é mais exata, é alterada. “Cada um, portanto, escolhe por como entende: não escolhe por como as coisas são, mas por como as compreende. Portanto, a consciência, o Eu lógico-histórico, é a última lousa, o último decálogo, o último código sobre o qual se baseia a vontade e – conseqüentemente – a ação” (MENEGETTI, 2014a, p. 88).

Todos aprendem e consideram que a consciência estabelece a *diretiva moral*. Porém se a consciência não refletir a ordem da vida, ela fica reduzida a um imperativo ideológico e, desse imperativo, surgem as diferentes morais: a moral tibetana, a moral muçulmana, a moral católica etc. A moral, portanto, deve estar fundamentada em um critério comum do humano, em um fundamento próximo ao *biopsicológico* do humano, em um critério próximo à natureza do homem. “A consciência necessita saber refletir a lógica da natureza”. (VIDOR, 2015, p. 13).

Retomando novamente o ponto de partida, todo saber e todo fazer devem ter o sustento no ser (= nexos ontológico). “É a identidade do ser que formaliza a verdade do saber e o saber, sendo luz do ser, serve de critério para agir em progressivo aperfeiçoamento da existência. O ser, o pensar e o agir devem manter-se em coerência para que a existência seja construída segundo a forma humana” (VIDOR, 2008, p. 7).

5. Da filosofia perene à ontopsicologia

Após resgatarmos as três divisões da Filosofia Perene, passamos agora a estabelecer uma relação propedêutica entre esses conhecimentos elementares e a compreensão e aplicação das diversas ciências e, em particular, da ciência ontopsicológica.

Como vimos, a filosofia é o fundamento da ciência porque fornece os requisitos primários do conhecimento humano verdadeiro. Usando as propriedades do intelecto, pode-se intuir, discernir e analisar as bases para construir o conhecimento científico:

O conhecimento científico nasce como decorrência dos primeiros princípios da mente (o intelecto). Esses princípios se antecipam em distinguir: o ser é, o não ser não é, distingue o verdadeiro do falso, o bem do mal, o maior do menor, o certo do errado, o igual do desigual, a causa do efeito, o ponto que unifica a multiplicidade e como o uno se aplica no múltiplo etc. Uma vez esclarecidos esses princípios, a ciência serve para apontar a causa dos fenômenos, busca entender os objetos atrás da causa, procura verificar de que modo a verdade dá o poder de controle sobre os objetos ou mediante a análise dos fenômenos chega até a causa explicativa. (VIDOR, 2008, p. 104)

A ciência, portanto, deve organizar o saber segundo os princípios da lógica, da dedução e da indução, confirmando o valor científico através da aplicação do conhecimento no concreto. A base da filosofia elementar permite construir um conhecimento de valor que não se confunde com opiniões.

Nesse sentido, o Prof. Meneghetti explicita que “saber fazer filosofia é uma capacidade analítica e sintética da inteligência. De per se, a especificação, ou seja, a tarefa da filosofia séria é aquela de explicar *o que é* e *por que é*. A ciência, em vez disso, descreve *como é*” (MENEGETTI, 2014a, p. 32). O “o quê” e o “por quê” (para qual fim, para qual escopo) são o formal especificante do objeto, cuja elucidação é tarefa da filosofia. A partir disso, a ciência descreve como a causa age, como o efeito se aperfeiçoa.

Especificando essa relação no âmbito da Psicologia, o Prof. Vidor explica que “a Psicologia pressupõe a luz da Filosofia Elementar ou Perene porque esta elucida a essência originária do humano, que dá a base do saber. Já a Psicologia, por sua vez, tem como tarefa indicar como o homem deve pôr-se em progressiva adequação ao próprio ser ou essência”

(VIDOR, 2008, p. 6). A Filosofia Perene, portanto, indica o que é o homem, e a Psicologia aponta como ele deve construir-se para tornar-se pessoa.

Essa Psicologia é aquela entendida no sentido clássico, que investiga a atividade psíquica na sua causalidade, não enquanto fenomenologias (objetos de estudo das correntes psicológicas modernas). De fato, o Prof. Meneghetti especifica:

A partir do momento em que a verdade é conformidade, a lógica da conformidade com o ser chama-se ontologia. Quando, depois, quer-se aplicar essa verdade à práxis psicológica, então essa práxis é real e conforme se é Ontopsicologia: entender as variáveis acidentais da essência que é, e podê-las antecipar ou prever nas consequências. Ontopsicologia¹² é a ciência conforme ao ser que é. (MENEGHETTI, 2014a, p. 35).

Toda a ciência ontopsicológica é, portanto, unívoca ao princípio ontológico do humano. Quando explica o sonho, a emoção, a psicossomática, a ética, a pedagogia etc. não contradiz o princípio da vida no ser humano, ou seja, o faz segundo uma racionalidade ontológica, o faz individuando o nexu ontológico:

Eis a grande força do famoso “meio termo”, ponto de encontro e verificação: o *nexus*. Quando se faz uma experimentada e verificada Ontopsicologia, vê-se que a psicologia entra no real, é real, tem a reversibilidade. (...) A Ontopsicologia preocupa-se sempre com o *nexus*: a lógica do homem, o seu nocionismo, é adequado ao real? Para verificá-lo, esse é aplicado e, quando o real reage à ação intelectual, em modo conforme à noção, essa é ciência ôntica, exata, porque a lógica está no ato. (...) Por exemplo, o sintoma – em clínica psicológica – desaparece quando o operador conhece o *nexus* científico, que é verdade, porque a realidade responde àquele preciso convite. E isso é demonstrado pelos resultados.” (MENEGHETTI, 2014a, p. 77).

Portanto, ao se fazer operação científica, é necessário ter uma racionalidade unívoca nos princípios. Quando se faz psicoterapia, em sentido ontopsicológico, o modo de análise e o modo de procedimento do complexo, ou do estereótipo, são unívocos, correspondentes, e exatamente por essa razão pode-se intervir de modo exato. Quando, em vez disso, se faz ciência e análise copiando ou revendo os mitos, as tradições, os estereótipos culturais etc., essas são analogias: em parte é verdade e em parte não o é. “*Para estar dentro da causalidade primeira do ser, dentro do seu poder, é preciso, portanto, proceder dentro da sua univocidade*. De fato, quando a Ontopsicologia faz a projeção, expõe as teorias etc., essas são unívocas do Em Si ôntico, e por essa razão funcionam.” (MENEGHETTI, 2014a, p. 30-31)

¹² Etimologicamente, Ontopsicologia vem do grego $\psi\psi\psi\psi$ = genitivo do participio presente do ver $\psi\psi\psi\psi$ (ser), $\psi\psi\psi\psi$ (estudo), $\psi\psi\psi\psi$ (alma) - significa estudo dos comportamentos psíquicos em primeira atualidade, incluída compreensão do ser. A fim de clarificar esta definição etimológica do ponto de vista linguístico, o genitivo do participio presente do verbo ser (ente ou essente) é uma construção que deixou de existir durante a evolução da língua portuguesa. Equivale hoje às expressões “aquele que é”, “o ente” (forma nominativa) e “daquele que é”, “do ente” (forma genitiva). Ente é o ser em existência histórica e a Ontopsicologia é o estudo da atividade psíquica a partir dessa dimensão ontológica.

6. Considerações finais

O ser revela-se para o homem em uma compreensão antropocêntrica e, portanto, todo o conhecimento científico precisa estar em nexos com a identidade do ser humano. Ser e saber, ciência e essência devem estar em conexão. E para isso, a verdade do conhecimento depende do homem verdadeiro, do cientista exato. O valor do saber deriva do valor do ser, para que o conhecimento não se transforme em mera opinião, em doxa sem fundamento real (VIDOR, 2008).

Os primeiros princípios da mente são aprióricos, constituintes daquilo que o homem é. Por isso, quando o cientista ou o filósofo usa esses primeiros princípios, esses critérios, essas primeiras constituintes da sua forma de ser, ele sincroniza o seu modo ação da vida. “Substancialmente, o conhecimento do homem é baseado em um nexo constante, do qual ele próprio é parte. Ser e conhecer tem o nexo no indivíduo, quando reflete o próprio existir: o objeto e o sujeito são os opostos não contraditórios de uma única relação” (MENEGHETTI, 2014a, p. 79).

Desse modo, para se entender e fazer Ontopsicologia, é necessária a evidência e a compreensão dessa dimensão ontológica do ser humano, aberta pela Filosofia Perene. “É definida ‘elementar’ ou ‘perene’, porque é o código-fantasma que está por trás de todos os códigos cognoscitivos ou modelos de comportamentos da mente, que também são a primeira fenomenologia do Em Si ôntico. Ou seja, os princípios de comportamento usados pelo Em Si ôntico, a partir do momento em que começa a fazer autóctise histórica, são iguais àqueles que o mundo-da-vida atua no próprio real”. (MENEGHETTI, 2014a, p. 22)

Compreendidas essas passagens que ganham forma na atividade psíquica da individuação, pode-se acessar a causalidade que define qualquer fenômeno inerente ao ser humano. Chega-se assim à compreensão do que é o homem e sua finalidade, com a capacidade de lhe indicar como torna-se pessoa nesta existência.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAROTENUTO, M. **Scheda storica sulle teorie della conoscenza**. Roma: Psicologica Editrice, 2007.

MENEGHETTI, A. **Da consciência ao ser: como impostar a filosofia do futuro**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014a.

MENEGHETTI, A. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2012.

MENEGHETTI, A. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica, 2010.

MENEGHETTI, A. **Razionalità ontologica**. Roma: Ontopsicologica Editrice, 2014b.

VIDOR, A. **Filosofia e Lógica**. Apostila elaborada para o Bacharelado em Ontopsicologia. Recanto Maestro: Antonio Meneghetti Faculdade, 2015.

VIDOR, A. **Filosofia elementar**. Curitiba: IESDE, 2008.

VIDOR, A. **Opinião ou Ciência: tecnologia x vida**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014.